

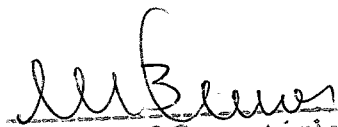


Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Evaldo Gomes

Excelentíssima Senhora Presidenta da Comissão de Administração Pública e Política Social da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí – Deputada Belê

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 18 / 04 / 2011


1º Secretário

A P R O V A D O

Em, 18 / 04 / 2011



EVALDO GOMES, Deputado Estadual com assento nesta Casa Legislativa pelo **Partido Trabalhista Cristão**, vem perante Vossa Excelência com esboço no art. 30, inciso II, art. 31, II e art. 34, inciso II, alínea “h” do Regimento Interno da AL - PI, requerer a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA atinente ao novo Plano Nacional de Educação 2011-2020 e seus reflexos no Estado do Piauí.**

Na última quarta-feira, 13/04, a Câmara Federal instalou Comissão Especial para analisar o Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei n. 8035/10, do Executivo).

O projeto, que estabelece a política educacional para o decênio 2011-2020, **prevê que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser investido em educação ao longo desse período.** Esse mesmo percentual já estava previsto no PNE anterior (2001-2010), mas entidades que atuam na área afirmam que a meta não foi cumprida. Pelos cálculos do Ministério da Educação, a implantação do novo plano custará R\$ 80 bilhões.

O PNE 2011-2020 que se encontra no Congresso Nacional é composto por 12 artigos e um anexo com 20 metas para a Educação. Na avaliação do Ministro da Educação, o novo plano terá como foco a valorização do magistério. A qualidade da Educação é outro tema de relevo.

Algumas metas insertas no plano merecem registro:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. **Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos**, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação. Valorizar o magistério público da Educação Básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Estas e outras metas carecem para – de fato – serem implementadas de uma efetiva participação do Estado do Piauí e de seus municípios. Não podemos, portanto, ficar alheios ao debate que se iniciou na Câmara Federal.

Neste momento, com certeza, outras Casas Legislativas desencadearam discussão sobre o novo Plano Nacional de Educação, a exemplo da AL – SP que já realizou sua audiência pública (14/04) sobre o tema, inclusive com a presença do Ministro da Educação Fernando Haddad.

O sucesso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como é sabido, dependerá da adesão massiva de prefeituras e governos estaduais a sua execução.

Com a nossa audiência pública, além de mobilizar os gestores públicos municipais, estaremos fomentando o debate com vistas a formulação do nosso Plano Estadual, com metas complementares e coerentes às nacionais, especialmente no que toca à educação básica — em que as discussões da Assembleia Legislativa do Piauí deverão ser proveitosas.

É o que se apresenta para o momento.

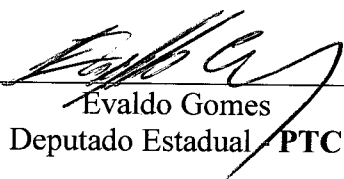
Colhemos o ensejo para sugerir que sejam convidados: O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação do Brasil Fernando Haddad; O Exmo. Senhor Governador do Estado do Piauí, Wilson Nunes Martins; O Exmo. Sr. Secretário de Educação do Piauí Dep. Átila Lira; O Exmo. Sr. Presidente da APPM, Prefeito Francisco de Macedo; Os dirigentes do SINTE – PI na pessoa de sua Presidenta Professora Odeni de Jesus; convidar ainda os Senhores Prefeitos e Secretários Municipais de Educação das principais cidades piauienses, além de educadores de destaque na sociedade piauiense, intelectuais, dentre outros.

Ainda, a guisa de sugestão, que a referida audiência realize-se no Plenário da AL – PI de sorte a melhor receber a todos e que os debates possam fluir com qualidade e serem produtivos.

Por derradeiro, havendo compatibilidade que seja realizado o evento em questão em 09 de maio de 2011.

Neste sentido, solicito que o presente requerimento seja submetido à apreciação do plenário e, assi, realizado o referido evento.

Palácio Petrônio Portella, aos 18 de abril de 2011.



Evaldo Gomes
Deputado Estadual PTC